

bi - Presidente e do Deputado Flávio Serafini, membro deste órgão técnico e Presidente da Frente Parlamentar de Economia Solidária que em breve será instalada. Dando início aos trabalhos, o Deputado Flávio Serafini comunicou que a Deputada Dani Balbi estava a caminho, tendo solicitado que ele começasse a audiência. Prosseguindo, foi declarada aberta a 5ª Audiência Pública, conforme edital de convocação publicado em 21.06.2023, com o tema: Criação de Centros Públicos de Referência de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, o Presidente em exercício agradeceu a presença de todos, e registrou a presença dos seguintes convidados: Subsecretário de Estado de Trabalho e Renda - Setrab, Senhor Paulo Teixeira; representante da Secretaria de Ecosol de Bom Jesus Itabapana, Senhora Angélica Hullen; representante do Fórum Municipal de Niterói de Economia Solidária, Senhora Sônia Latgé; Subsecretaria Municipal de Ecosol da Cidade do Rio de Janeiro, Senhora Nelma Azeredo; Secretária da Secretaria Municipal de Ecosol da Cidade do Rio de Janeiro, Senhora Nelma Azeredo (Sedes); representante do Fórum Estadual (Fcp), Senhor Antônio Oscar; representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Senhores Ricardo Rezende e Almir Cezar Filho; representante do Fórum Nacional de Ecosol, e os Senhores Luiz Antunes; Rayanne Medeiros; Elza Santiago; Ricardo; representante do Fórum de Economia Solidária de Campos, Senhora Nilza Franco Portela; Alexandre; Agatha Amaral, Sérgio; Divino Lopes da Silveira, representante do mandato do Deputado Federal Reimont, representantes dos mandatos dos Deputados Carlos Minc, Luiz Paulo, Yuri, Dani Balbi e Giselle Monteiro, além dos demais convidados. Prosseguindo, o Deputado Flávio Serafini fez uma detalhada explanação sobre o tema. A seguir, foi concedida a palavra a todos os convidados, que debateram sobre o assunto. Prosseguindo, o Deputado Flávio Serafini concedeu a palavra à Deputada Dani Balbi, que fez uma breve contextualização sobre a importância do presente debate, que foi solicitado pelo Deputado Flávio Serafini. Em seguida, foi franqueada a palavra, dando-se um amplo debate, em que todos os inscritos fizeram suas observações, contribuindo para a discussão sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Flávio Serafini franqueou a palavra e, como ninguém quisesse dela fazer uso, Sua Excelência agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=Zm4UCEDTlVt&t=19s> contém a íntegra da mesma e suspendeu a reunião, para que eu, Jussidia Guimarães Palmeirim, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Deputado Flávio Serafini, no exercício da presidência, que encerrou a reunião em seguida. Auditório da Alerj, no 2º andar do Edifício Lúcio Costa, vinte e três de junho de dois mil e vinte e três. (a) Jussidia Guimarães Palmeirim - Secretária, matrícula 201.518-8; Deputado Flávio Serafini - Presidente em exercício.

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; A COMISSÃO PARA PREVENIR E COMBATER A PIRATARIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às onze horas na sala 1801, do Edifício Lúcio Costa, reuniu-se a Comissão de Saúde, com a presença dos Senhores Deputados Tande Vieira - Presidente da Comissão de Saúde; Martha Rocha, membros efetivos da Comissão de Saúde; Deputado Felipe Poupel, Presidente da Comissão para Prevenir e Combater a Pirataria no estado do Rio de Janeiro e membro suplente da Comissão de Saúde; Deputado Otoni de Paula Pai, membro suplente da Comissão para Prevenir e Combater a Pirataria no estado do Rio de Janeiro; Deputado Guilherme Delaroli, Presidente da Comissão de Obras Públicas; Gandhi Giordano, Professor do curso de engenharia sanitária da Uerj; Carina da Silva Bastos, Delegada da Delegacia de Defesa do Consumidor; Marcelo Braga Maia, Delegado da Delegacia de Concessão de Serviços Delegados; Julio Cezar Ferreira, auditor fiscal chefe de bebidas da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; Plínio Lacerda Martins, Coordenador jurídico da Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj, O Senhor Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Tande Vieira, agradeceu a presença de todos os Deputados e participantes, e declarou aberta a audiência pública da Comissão de Saúde, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia; a Comissão para Prevenir e Combater a Pirataria no estado do Rio de Janeiro e a Comissão de Defesa do Consumidor, conforme convocação por edital, publicado em 09.05.2023, e declarou que a presente audiência tem como tema: a adulteração da água mineral no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Prosseguindo, o Senhor Deputado Tande fez uma explanação sobre o tema e, em seguida, passou a palavra aos deputados fazerem sua explanação. Em sequência, passou a palavra ao professor Gandhi Giordano, que fez sua apresentação, seguindo-se um amplo debate sobre o assunto em pauta. Continuando, franqueou a palavra e, não havendo mais quem quisesse fazer uso da mesma, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente audiência, cuja ata vai subscreita pelo senhor presidente e senhor secretário. Seguem anexas, na íntegra, as notas taquigráficas da audiência. Sala das Comissões, onze de maio de dois mil e vinte e três. (a) Deputado Tande Vieira - Presidente da Comissão de Saúde; (a) Deputado Márcio Gualberto - Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia; (a) Deputado Filipe Poubel - Presidente da Comissão para Prevenir e Combater a Pirataria no Estado do Rio de Janeiro; (a) Deputado Fábio Silva - Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. (a) Alexandre Lima Villaverde - Secretário, matrícula 201.700-2; (a) Gabriel de Carvalho - Secretário, matrícula. 201.867-9; (a) Haroldo Jorge Lemos Campanário, Secretário, matrícula 201.498-3; (a) Roberto Melo Moreira, Secretário, matrícula 201.288-8.

(Notas taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Tande Vieira) - Bom dia. Agradeço a presença de todas as senhoras e senhores.

Declaro aberta a audiência pública da Comissão de Saúde, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, da Comissão de Combate à Pirataria no Estado do Rio de Janeiro e da Comissão de Defesa do Consumidor para tratar de um assunto tão importante, que acaba gerando consequências muito danosas em áreas tão diversas para a qualidade de vida no Rio de Janeiro.

Essa audiência pública surgiu por iniciativa da deputada Martha Rocha que fez essa proposta na Comissão de Saúde; proposta abraçada pelos deputados das demais Comissões. Uma matéria veiculada no jornal *O Globo* tratava sobre uma pesquisa efetuada pelo professor Ghandi Giordano, que analisou cerca de 30 amostras de garrafinhas de água vendidas nas ruas do Rio de Janeiro, e os resultados comprovaram acho que duas coisas mais importantes. O Professor vai ter oportunidade de falar, mas eu já vou adiantar para que todos possam entender. Primeiro é que quase todas as amostras estavam com algum tipo de contaminação. E a segunda é que muito provavelmente não se trata de erros de produção industrial; ficou evidente pela matéria que essa água, na maioria dos casos, não é água tratada pelo sistema do Guandu, o que indica que provavelmente não é nem adulterada aqui no próprio município do Rio de Janeiro. Então a gente pode estar diante de um esquema de falsificação, de pirataria, de adulteração que pode ser muito maior até do que a gente imagina.

Se isso está acontecendo nas ruas, provavelmente está acontecendo nas praias, está acontecendo em bares, lanchonetes, em outros tipos de comércio. Isso pode ter uma escala muito grande com as mais diversas consequências, em termos de perda de arrecadação e sonegação, problemas para saúde pública, problemas até para o turismo casa haja um problema com o turista que consumiu essa água contaminada em algum lugar do Rio de Janeiro. Então é um tema de extrema importância.

Quereria agradecer muito a presença do deputado Filipe Poubel, presidente da Comissão de Combate à Pirataria; da delegada e deputada Martha Rocha; do deputado Otoni de Paula Pai. E convidar

para compor a Mesa junto com a gente o professor Ghandi Giordano, professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que fez essa pesquisa que jogou luz sobre um tema tão importante. Convido também a Dra. Carina da Silva Bastos, delegada de polícia da Delegacia do Consumidor; do Dr. Marcelo Braga Maia, também delegado de polícia da Delegacia de Defesa do Serviço de Delegados; e do Dr. Júlio Cezar Ferreira, auditor fiscal chefe da Secretaria de Fazenda representando o subsecretário de Receita, Dr. Adilson Zegur.

A ideia, deputada Martha, é que a gente passe a palavra logo para o professor Ghandi Giordano para que ele possa fazer uma apresentação que acho que vai guiar as intervenções de todo mundo depois.

Então, mais uma vez, agradeço muito a presença de todos e chamo para usar da palavra o professor Ghandi Giordano, da UERJ.

O SR. GHANDI GIORDANO - Bom dia a todos. Obrigado pelo convite. Eu digo que é com prazer estar aqui porque foi um trabalho que começou, gerou uma reportagem, e agora nós vemos que há uma consequência dentro da Casa de representação do povo do Estado do Rio de Janeiro.

Então, o trabalho, na verdade, começou por solicitação do jornal que me procurou no ano passado ainda para tratar sobre esse assunto. E aí começamos a conversar como isso poderia ser feito. Não existia nenhuma curiosidade específica para saber se é... o que que acontece? Quando a gente faz uma pesquisa dessa é bom que você não imagine o final, porque senão você começa a direcionar o trabalho e estraga todo o trabalho de pesquisa. Não é assim que é feito. Então eles tinham curiosidade de saber em que se estado se encontrava isso e nós também. Como esse trabalho foi feito de forma gratuita, a gente tenta sempre fazer com o menor custo possível, já que está absorvendo os custos. Eu fiz então com parâmetros que pudessem indicar para gente com segurança a qualidade da água que estava sendo distribuída e se de fato aquela água que estava sendo adquirida no comércio era a água que tinha sido engarrafada pelas indústrias. Trabalhei com número de parâmetros menor possível, mas que fosse representativo e desse para ter uma conclusão sobre isso.

O número de pontos também fui eu que especifiquei em função do comércio, do trânsito no Rio de Janeiro, porque a água é comprada em sinais, em ruas, em praças, enfim, em função dos pontos que eu identifiquei como uma quantidade representativa do comércio, com a experiência que eu tinha na rua e a população do Rio de Janeiro tinha nas vias de trânsito principais. E foi bem razoável o número de amostras, então deu para a gente ter uma ideia da situação.

O trabalho foi feito em dois dias, porque senão teria que se ter duas equipes grandes, e aí ficava inviável. Então foi feito numa terça-feira e numa quinta-feira. Essa compra começava de manhã. Então, tinha o repórter que foi fazendo a compra, tinha um técnico do nosso laboratório e também um outro repórter cinematográfico para comprovar, ter fotos de todos esses vendedores. Depois até alguns negaram que tinham vendido, mas com a foto deles, eles concordaram que haviam vendido no dia. E também logicamente o motorista, o repórter, o fotógrafo e o nosso técnico.

As amostras eram condicionadas em gelo e chegavam no laboratório no mesmo dia. Então elas começaram a ser analisadas no mesmo dia que eram compradas, então na terça-feira e na quinta-feira. Um dia foram 14 e outro dia 16 amostras. E nós analisamos, e para a nossa surpresa, vou falar para vocês, o número de amostras que não coincidiam com a água que estava rotulada foi enorme. De 30 amostras, 28 não eram as águas do rotulo. Os resultados vão acontecendo e você vai observado coisas. Por exemplo, tinha uma marca em que ela mesma tinha 4 águas completamente diferentes. Logicamente foram compradas em locais diferentes, mas com a mesma marca, mesmo rotulo, e continham 4 águas diferentes e rotulo, diferentes entre si.

Por que no início a gente pensou: será que tem um local que está falsificando isso? Não. Não é local. Eram vários locais, porque todas as águas eram diferentes, as águas de adulteração eram todas diferentes entre si. Inclusive uma delas apresentou cloro, que a água mineral não tem cloro, não pode ser clorada. Mas ela é purificada na fonte por filtração, por processo físico. Ela tem que ser pura na fonte, e ela é engarrafada por processos que garantem fisicamente o engarrafamento, sem nenhuma adição de produto químico. E essa tinha cloro.

Mas aí, por curiosidade, você verificando os outros parâmetros, não era água do Guandu. Ela era vendida em Bangu, mas não era água do sistema Guandu, não era água distribuída no Rio de Janeiro, nem na região de Bangu que pode também ter alguma mistura com a água que tem de Ribeira de Lagos. Mas não era. Era água diferente do Rio de Janeiro, não era do Rio de Janeiro. Então água clorada, não de sistema público do Rio. Então está vindo de fora.

Então você sem saber o local de engarrafamento. Porque não há apenas uma central de engarrafamento de adulteração dessas águas, são várias, o que ainda coloca tudo em um risco maior, porque se tivesse um falsificador, vamos dizer, com "qualidade". Mas não é não. É um negócio generalizado, inclusive com coliformes fecais etc. Inclusive com vendedores ambulantes que depois quando eles foram inqueridos pelo repórter, quando saiu o resultado, alguns já tinham recebido reclamação dos seus próprios consumidores. Eles já sabiam que a água que eles vendiam não era boa. E às vezes eles reclamam com os fornecedores. Mas eles ficam ali também à mercê de quem vende para eles, pelo que a gente entende. Eles ficam ali, tem que comprar de quem passa vendendo. Esse é o negócio.

E aí sim, nós fizemos um trabalho na rua. Mas isso não quer dizer que não esteja acontecendo na praia, em pontos turísticos, em festas de rua, eventos. Isso aí é uma coisa que realmente está generalizada. E expõe as pessoas. Eu mesmo conheço vários casos de pessoas conhecidas que vem reclamar com a gente, às vezes até parente. "Bebê a água e estava contaminada, você tem que tomar uma providência." A providência é você não tomar a água.

De vez em quando vem alguém reclamar comigo: "qual é a providência?". É não tomar. Você já sabe que essa água não tem garantia nenhuma. Então não toma porque é problema. E dá problema de saúde, tem gente que desencadeia problema de saúde. Tem uns mais pobres que demoram mais para se curar porque não tem condição de ter uma assistência médica melhor, ficam com problemas por muito tempo, ocasionando ausência ao trabalho etc.

Então, o assunto é sério. Está bem grave porque está de forma generalizada. Ele se misturou com outros comércios e está de forma generalizada. Existe também essa questão de garrafas de água mineral também que já é um problema mais antigo e que também precisa ser visto. O garrafas de água mineral nós não tratamos dele. Mas ele precisa ser visto e é um comércio também mais pesado e também tem problemas assim de muita contaminação. Isso eu já vi várias vezes.

Então existe essa questão da adulteração. Existe logicamente a fiscalização que tem que ser feitas nas empresas, na indústria propriamente dita. Já existe uma metodologia para isso. Mas eu mesmo observei que ao receber respostas das próprias indústrias, cada uma tem um padrão de controle diferente. Eu não estou aqui para ficar... esse assunto da água contaminada não tem nada a ver com as indústrias, isso foi adulterado na rua. Mas o que eu vi também é que não existe um padrão de controle pelas próprias empresas. Cada uma me apresentou uma forma de controle diferente. Algumas até de forma surpreendente, para mim em excelência, muito além da legislação. E outras aquém da legislação e com repostas por exemplo que não justificavam. Por exemplo, eu fiz essas análises em um laboratório de que eu sou sócio. O laboratório tem 37 anos de existência e tem a acreditação do Inmetro, por isso que eu fiz nele. Porque senão não tem validade legal. Se você não faz em laboratório acreditado Inmetro, não tem validade legal. E teve águas mineiras que me apresentaram relatórios de laboratórios não acreditados. E outras que iam demorar porque estava contratando laboratório acreditado. Eles já deviam ter um contrato. Se ele faz aquilo com frequência, devia ter um contrato. Não ir contratar depois. Inclusive marcas grandes que não são industrializadas aqui no Estado. Independente dessa responsabilidade ser deles diretamente, eles têm também que ter um padrão de controle melhor, porque não está tendo esse controle. E aí cabe também ao próprio Estado do Rio com sua vigilância sanitária estadual e

até municipal cobrarem dessas indústrias um relatório. O que eles estão fazendo para vender aqui no Rio de Janeiro? Porque afinal de contas eles comercializam aqui. Não precisa criar custo nenhum. A pessoa já tem obrigação de fazer, tem que apresentar o resultado deles, independente dessas crises. Tem que ser uma coisa rotineira. Eles têm que apresentar isso, porque eles trabalham com a água em grande quantidade.

Logicamente que as indústrias têm melhorado muito. Logicamente que as indústrias fazem muito. Mas a resposta tem que ser pronta. Ela não tem que ser criada. "Como é que eu vou fazer agora para atender?" Não. Tem que estar pronto. "Eu tenho esses resultados todos aqui e vou te fazer mais desse lote, ou vou fazer em um de hoje." Sei lá. Qualquer coisa. Mas não dessa maneira assim.

Agora, teve gente que até me surpreendeu pela qualidade do atendimento, do que eles fazem, do que eles fazem a mais. Porque tem que fazer sempre a mais da legislação. A legislação é sempre o mínimo que eles cumprem. Todo mundo tem obrigação de cumprir a lei. Cumprir a lei não é mérito de ninguém. É obrigação de todos nós em todos os aspectos da vida. Ele tem que fazer sempre a mais para poder a gente exatamente puxar a legislação para frente, melhorar a qualidade as sociedades, senão a gente não evolui. Ficar cumprindo a legislação é o mínimo que se espera de qualquer um. A gente que tem que puxar a legislação para frente. Então fazer a mais. É isso que define as sociedades entre as excelentes, a que estão na frente de tudo e as outras que estão esperando serem rebocadas.

Mas o que eu vi é isso, que a situação é grave. Ela pode trazer consequências graves. Imagina você trabalhar com uma água contaminada, se você resolve fazer um alimento, uma coisa que tem uma fermentação qualquer, isso gera uma consequência imensa.

Outra coisa também que eu vi, e isso é uma crítica minha às indústrias antigas. Uma vez eu participei de uma pericia em uma água mineral. Era uma garrafa de 1,5l. Ela era vendida aqui no estado do Rio e industrializada no limite de São de Paulo. E aí eu fui lá. Uma água que apareceu com uma formiga dentro. Só para resumir assim. Não era da indústria, aquilo foi colocado. Eu verifiquei que foi colocado na garrafa. E aí que eu comecei a ver como é que se podia falsificar essa garrafa. E é fácil de fazer, desde que você tenha rolnha que pode ser da própria fábrica. Se tem um funcionário da fábrica desviando, porque nesses casos eles queriam incriminar a empresa e ganhar um dinheiro em cima. E aí você com a rolnha, tira a rolnha com mão, corta direitinho aquele lacre abaixo com a tesoura, coloca lá a formiga, porque a água nesse caso era água da indústria. Colocaram a formiga inteira. E a advogada tentou me mostrar que a formiga estava inteira, foi isso que foi contra ela, porque a água entrava sob alta pressão, passava por um monte de filtro, não podia estar inteira nunca dentro da garrafa. Essa era a única coisa como a formiga não poderia estar. Eu falei assim: "Está inteira sim. A senhora me deu, eu fotografei, inteira mesmo. É exatamente por isso que está errado o negócio aqui." A indústria não tinha como fazer aquela formiga ficar inteira ali de jeito nenhum, era tudo protegido. Mas ela foi colocada. Então eles colocam também. Então pode adulterar com uma formiga para ganhar dinheiro, como pode colocar um veneno. Não pode? Antigamente faziam isso com leite em pó, faziam com um monte de coisa para terrorizar as pessoas e chantagear as empresas.

Então a gente precisa ter mais segurança nos lacres. O lacre tem que ser uma coisa que tem que dar uma garantia para o consumidor. Você tem uma fita adesiva que a empresa coloque, alguma coisa que um camelo não consiga fazer em casa. Porque do jeito que está, está muito fácil de você fraudar isso. Muito fácil.

Então essa é a minha crítica à indústria. Digo mais até em relação a refrigerante também. Tem refrigerante que tem uma cor característica. Outro dia eu fiquei assustado. Porque eu consumo pouco refrigerante, mas de vez em quando dá vontade de a gente consumir. Apesar da idade, tem que evitar açúcar. Mas de vez em quando eu vou lá, faço minhas transgressõezinhas, aí compro um cachorro-quente, faço em casa e tal. E aí fui tomar um refrigerante. Rótulo vermelho, mas a tampinha era verde. Um verde bonito. Aí eu fico assim assustado. Porque assim, se a cor daquela marca é vermelha, por que que aquela tampa está verde? Pode ser um apelo comercial, mas tem que ter um nome pelo menos para dificultar. Não estou falando que tem que impedir, para dificultar. Um selo, talvez uma coisa colada. Todo mundo vai falar que vai aumentar o custo, mas o custo já é caro em uma garrafa daquela. Você compra uma garrafinha dessa por 8 reais. Então não me fala em fitinha, porque não é esse que vai aumentar custo. Coloca um selo melhor que garanta ao consumidor que aquilo dali não foi engarrafado em casa. Porque do jeito que está é para colocar formiga, para colocar veneno, para colocar qualquer coisa ali dentro.

Do jeito que está, está muito fácil de ser adulterado, independente desse caso aqui específico que nós estamos falando que não foi da indústria, tá? Isso eu posso garantir a vocês que não foi dessas indústrias. Todas as águas eram diferentes da água do rotulo, e todas as águas eram diferentes entre si. Tinha algumas com contaminação bem grosseira. Então é isso que eu queria colocar.

É fácil da gente identificar assim. Até no sinal, se você quiser saber lá no sinal. Logicamente que não pode ser qualquer pessoa, tem que uma com o (não compreendido) calibrado para ter a validade e com um técnico capacitado para isso. É simples. Se eu chego ali e abrirei, eu meço na hora e falo se essa água é que está no rótulo ou não é a que está no rótulo. Podia até, se eu pudesse ter o poder de polícia, prender a pessoa na hora. Mas tem que ter um técnico habilitado para isso. Não pode ser qualquer pessoa com qualquer (não compreendido), senão você vai sair fazendo coisas erradas. Mas tem como fazer isso sim. Na hora. Mas tem que ter um técnico de um laboratório que pode ser do Governo, e que tem o equipamento que não é caro. Inclusive essa é a análise mais barata que existe na área de águas. A gente pode ter um equipamento que pode levar para o campo, fazer na hora, e verificar se aquela água está sendo comercializada. Se por acaso a água não for boa, o coitado do camelo perde a garrafa. Mas é isso que pode ser feito.

Tem outra coisa que pode ser feita. Na verdade, nós estamos muito aquém, na minha opinião, do comércio que existe. Tem "ene" marcas no Rio de Janeiro vendendo. E sinceramente, a coisa não pode ser do jeito que está.

Antigamente, em 2003, se não engano. Eu tenho isso até gravado que foi uma audiência pública aqui na escola de magistratura. Que tinha uma amiga minha que eu fiz o mestrado que ela era desembargadora na época e me convidou para fazer uma palestra sobre a água no Rio de Janeiro. Eu falei com todas as autoridades de água do Rio de Janeiro. Eu fiz uma pesquisa grande para fazer aquela palestra. Eu conversei com a vigilância sanitária do Estado na época. A profissional que era responsável estava nessa audiência também, na EMERJ, e ela falou uma coisa na hora que eu fiquei assustado com ela. Ela falou assim comigo: "Pois é. Aqui vem todo mundo reclamar de água mineral. E reclamam comigo. Por exemplo, outro dia teve uma reclamando comigo que tinha algo dentro do garrafo. Mas algo não é da natureza?" E aí eu fiquei olhando para cara. A água mineral vem de profundidade de rocha, nunca pode ter algo. Ela quando falou isso comigo, eu pensei, e falei lá na reunião e outras coisas... Ba época não tinha nem análise de água nas cidades. Nos municípios todos eu encontrei 12 que faziam o controle, e alguns eram escritos à mão. O relatório de alguns era uma página de A4 escrito à mão, sem nem assinatura embaixo. Então para vocês verem como era esse negócio aqui. Isso em 2000 e pouco, 2003, se não me engano.

A coisa foi melhorando, mas tem que melhor muito mais ainda. E quanto a essas autoridades todas, vocês são deputados que nomeiam essas pessoas, tem que ver a qualificação técnica dessas pessoas. Eles têm que ser pessoas capacitadas. Porque senão fica uma pessoa em um cargo sem a mínima noção do que que ele está fazendo ali, e aí deixa a gente exposto. Tem que ser mais cuidadosos. Eu não estou falando especificamente dessa gestão, e eu nem sei as pessoas que estão agora. Mas todas as pessoas nesses cargos técnicos têm que ter uma qualificação. E se não tiver, mas se for uma pessoa não tão qualificável, que qualifique. Mas a pessoa tem que entender, tem que interagir com outras pessoas, se não a gente fica exposto. Sinceramente aquela vez eu fiquei assustado. E lá tinha muito juiz, desembargador, eles ficaram assustados. Depois eu fiz mais